

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA ESCOLA PÚBLICA: O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA COMO POTENCIALIZADOR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA¹

GONÇALVES, Emanuele Maria Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
emanuelemsg@gmail.com

INTRODUÇÃO

As políticas de financiamento da educação pública brasileira são perpassadas por disputas e contradições inerentes ao modelo capitalista, sendo elas indispensáveis para a garantia do direito à educação, haja vista que não é possível pensar em uma educação com qualidade socialmente referenciada sem o devido financiamento do Estado. Uma das políticas de financiamento da educação é o Programa Dinheiro Direto na Escola, que consiste na transferência de recursos, em caráter suplementar, enviados diretamente para as escolas com objetivo de fortalecer a autonomia e a autogestão, se caracterizando como uma política de descentralização financeira.

Criado na década de 1990, em um contexto de modernização e diminuição do papel do Estado, possui em sua fundamentação o princípio da descentralização dos recursos públicos e tem como finalidade prestar assistência financeira para as escolas municipais, estaduais, do distrito federal e escolas de educação especial definidas como beneficente. A descentralização pode ser compreendida como a “transferência, a assunção ou a ampliação de competências e responsabilidades de planejamento, gestão e controle do uso de recursos financeiros da educação” (MAFASSIOLI, FARENZENA, 2020, p. 25). O PDDE está marcado pelas contradições inerentes ao modelo de Estado neoliberal, que, segundo Viana (2020, p. 402), pode corresponder a uma política reformista dentro de um Estado capitalista ou como uma política de democratização capaz de melhorar as condições de acesso, gestão e qualidade escolar.

DESENVOLVIMENTO

¹ Eixo 5 – Políticas públicas, privatização e financiamento da educação.

Considerando o contexto histórico e as disputas que permeiam o financiamento da educação brasileira, a questão problematizadora de pesquisa desse trabalho em andamento é como PDDE pode se constituir em um importante objeto para o aumento da participação e a democratização da gestão escolar? Esse trabalho irá se delinear a partir de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratória, visto que o PDDE é um programa que impacta diretamente na realidade material das escolas e nas decisões da comunidade escolar, sendo impossível desvincular o sentido social da ação humana em seu uso. Ademais a escolha da pesquisa qualitativa se justifica no sentido de trazer reflexão para a compreensão do contexto em que o objeto de estudo se insere, observando suas diferentes facetas e quais as circunstâncias materiais presentes que afetam e modificam constantemente as políticas públicas voltadas para o financiamento escolar com foco no PDDE. Essa reflexão permite que sejam considerados fatores como contexto político, reivindicações populares, concepções expressas nas regulamentações que fundamentam o programa, a visão da comunidade escolar, as possibilidades de diálogo com a democracia e as limitações devido à condicionamentos externos.

O PDDE foi criado em 1988, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, através da medida provisória 1.784, período marcado por reformas neoliberais na área educacional. Conforme disposto na atual Resolução Nº 15, de 16 de setembro de 2021, no art. 2º, o PDDE “consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, de recursos financeiros, em caráter suplementar”, é um programa de financiamento com o intuito de melhorar a qualidade da educação através da promoção de maior autonomia financeira para as instituições escolares na realização de compras para suprir necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais. Silva (2022, p. 126) destaca que a origem do PDDE está ligada a finalidade de democratização e descentralização da gestão escolar, de maneira a favorecer a participação de todos os sujeitos da comunidade escolar, entretanto, aponta que esses princípios podem se apoiar em uma visão gerencialista e de transferência para a comunidade escolar das responsabilidades financeiras na melhoria da educação.

O PDDE está inserido em uma lógica de contradição, inserida dentro de uma sociedade neoliberal que permeia todos os aspectos da sociedade, afeta os regimes políticos e formas de governo, “trata-se de alterar hábitos, atitudes, expectativas, procedimentos, instituições e ideais, de modo a abrir ao máximo os espaços para o

mercado, a iniciativa privada, a empresa, a corporação e o conglomerado” (IANNI, 1998). Os neoliberais entendem o fracasso da educação escolar sob uma ótica de ineficiência de gestão, que somente elevaria sua qualidade através da competitividade do mercado, sem intervenção estatal. Dessa forma, é preciso compreender o desenvolvimento das políticas de financiamento da educação dentro de um contexto em que a educação passa a ser cada vez mais mercantilizada, perpassada por interesses de grupos políticos e econômicos que visam limitar o papel histórico, social e crítico da escola, para torna-la mais eficiente em ensinar competências e habilidades para a inserção no mercado de trabalho. Com base nisso, é possível perceber que o PDDE possui diferentes facetas, podendo se configurar em um objeto de ampliação da participação da comunidade na escola, bem como se tornar um mecanismo de reprodução de uma lógica técnica operacional.

Para que o PDDE possa ser compreendido e vivenciado nas escolas, em uma perspectiva democrática, é preciso a participação de todos os que compõe a comunidade escolar, pois, os processos de definição dos gastos, planejamento, orçamentos e publicização e prestação de contas são caracterizados como gestão e controle social dos recursos públicos (MAFASSIOLI, FARENZENA, 2020, p. 25). A transferência dos recursos financeiros diretamente às escolas potencializa a participação da comunidade na tomada de decisões e possibilita o uso dos recursos para atender necessidades que foram discutidas e que podem se adequar à realidade e atender aos propósitos políticos pedagógicos da escola, fomentando a autogestão e autonomia financeira e pedagógica

CONCLUSÃO

O PDDE, na condição de um programa de financiamento que visa a descentralização, não pode ser analisado ignorando as disputas e os mecanismo de poder envolvidos na lógica contraditória do capitalismo. A descentralização financeira proposta pelo PDDE pode estimular a construção de uma gestão mais democrática e participativa, entretanto não podemos desconsiderar a sua inserção em uma sociedade marcada pela lógica neoliberal, que podem reduzir o papel da escola a apenas a execução técnica operacional para gastar e aplicar os recursos. Entretanto a potencialidade do PDDE está, conforme proposto por (VIANA, 2020, p. 402), na

dinâmica da realidade escolar, sendo essa um organismo vivo, formado por sujeito de ação, capazes de reivindicar e de realizar a gestão na escola com práticas que podem ser mais democráticas.

As disputas que perpassam as políticas de financiamento se engendram nas contradições sociais criadas pelo modelo ideológico, econômico e social do neoliberalismo. Nesse sentido, o Programa é uma importante conquista por medidas mais democráticas dentro das escolas e de recursos financeiros, uma vez que permite maior participação da comunidade escolar na tomada de decisões referente ao uso dos recursos. Dessa forma devemos buscar a participação efetiva da comunidade escolar na tomada de decisões, na participação em relação a prestações de contas e na cobrança por mais investimentos na educação. A defesa da escola pública é também a defesa do espaço público, dos direitos, da diferença, enfim, da democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021.** Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na lei nº 11.947, 2021.

SILVA, Givanildo da. O Programa Dinheiro Direto na Escola como mecanismo da descentralização financeira na gestão escolar. In: KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; ARAÚJO, Michele de Oliveira Gonçalves; SOUZA, Vilma Aparecida de (org.). **Construções dialógicas: o programa dinheiro direto na escola (PDDE) em perspectiva.** Uberlândia: Culturatrix, 2022. 211 p.

IANNI, Octávio. Neoliberalismo e nazi-fascismo. Dossiê Neoliberalismo e Neofascismo. Crítica Marxista.

VIANA, Mariana Peleje. **O programa dinheiro direto na escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional.** 2020. 454 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MAFASSIOLI, A. DA S; FARENZANA, N. A gestão escolar no programa dinheiro direto na escola: implicações para uma atuação democrática. In: DIÓGENES, E. M. N.; GOMES, M. G. C; SILVA, W. C. M (org). **Políticas Públicas de Educação: dilemas público e privado.** Arapiraca: Eduneal, 2020.